Instruções do Banco de Portugal

Instrução n° 19/2003

ASSUNTO: Provisões. Para risco - país

Tendo em vista clarificar a noção de mercado organizado, para efeitos da constituição de provisões para risco - país, nomeadamente através da definição dos requisitos que os mercados devem observar para que possam ser abrangidos pela referida noção, em termos de liquidez, transparência, irrevogabilidade dos preços anunciados em mercados criados, mantidos e desenvolvidos por “market makers” e método de valorização dos activos transaccionados nestes mercados, o Banco de Portugal, tendo em conta o previsto nos números 12.º e 22.º do Aviso n° 3/95, publicado no Diário da República, II Série, de 30 de Junho, determina o seguinte:

1. São introduzidas as seguintes alterações à Instrução n° 94/96, publicada no BPNP n°1, de 17 de Junho:

1.1. O ponto 1.4.4. passa a ter a seguinte redacção:

1.4.4. Para efeitos destas Instruções, entende-se por mercado organizado qualquer mercado secundário, líquido e transparente, com cotações de compra e de venda publicadas, incluindo os mercados criados, mantidos e desenvolvidos por intermediários financeiros (“market makers”) em que são anunciados, de forma irrevogável, preços de compra e venda.

1.2. São aditados os pontos seguintes:

1.4.5. Sem prejuízo da observância de outras regras de tratamento contabilístico sobre títulos, previstas no Plano de Contas para o Sistema Bancário, os activos transaccionados nos mercados a que se refere a parte final do ponto anterior serão valorizados com base na média dos últimos preços de compra oferecidos por, pelo menos, dois dos intermediários financeiros mais activos nesse mercado, verificados, no máximo, até ao décimo quinto dia anterior à data da respectiva reavaliação.

1.4.6. Para efeitos do ponto anterior, são excluídos os intermediários financeiros que se encontrem numa relação de proximidade com a entidade emitente ou com a instituição detentora dos activos, tal como é definida no n° 12.º do artigo 13.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n° 298/92, de 31 de Dezembro.

1.4.7. As instituições deverão estar sempre em condições de demonstrar, com certificação pelo respectivo órgão de fiscalização, que os valores detidos são líquidos nos mercados tomados em consideração para efeitos do ponto 1.4.4. e seguintes, e que estes mercados reúnem as necessárias características de transparência e de liquidez.

2. A eventual diferença entre as provisões registadas à data da entrada em vigor da presente instrução e o valor resultante da aplicação dos novos critérios estabelecidos nos pontos 1.4.4 a 1.4.7 da Instrução n° 94/96, deve ser anulada por contrapartida de “Resultados Transitados”, na parte relativa a provisões constituídas em exercícios anteriores. No anexo às contas anuais as instituições devem fazer referência às variações ocorridas na conta de “Resultados Transitados” por via da referida alteração regulamentar.

3. A presente Instrução entra em vigor na data de publicação.